



Anais da Assembléia

N.º 97

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE SETEMBRO DE 1982

ANO VIII

Resolução:

RESOLUÇÃO Nº 16/82

DATA: 16 de setembro de 1982.

SÚMULA: Fixa os subsídios e a verba de representação do Governador e do Vice-Governador, com vigência a partir de 15 de março de 1983.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — O subsídio e a verba de representação do Governador do Estado, a vigorarem a partir de 15 de março de 1983, ficam fixados em 2/3 (dois terços) do subsídio e da verba de representação pagos ao Presidente da República.

Art. 2.º — O subsídio e a verba de representação do Vice-Governador do Estado, a vigorarem a partir de 15 de março de 1983, ficam fixados em 2/3 (dois terços) do subsídio e da verba de representação pagos ao Governador do Estado.

Art. 3.º — Os reajustes dos subsídios e vantagens referidos nos artigos anteriores dar-se-ão automaticamente, nas mesmas épocas e observados os mesmos percentuais das variações do subsídio e da verba de representação do Presidente da República.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de setembro de 1982.

JOÃO MANSUR

Presidente

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 84.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1982

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Mário Celso e Gabriel Sampaio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu

Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valtér Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem N.º 120/82

Curitiba, 10 de setembro de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 27 de agosto de 1982, entre o Estado do Paraná e os Municípios de CRUZEIRO DO SUL e IGUARAÇU, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem N.º 121/82

Curitiba, 10 de setembro de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio de cooperação celebrado em 25 de agosto de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de MEDIANEIRA, figurando como interveniente o Departamento de Trânsito, objetivando harmonização das diretrizes de serviços de trânsito com os estudos de planejamento urbano do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação,

reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem N.º 122/82

Curitiba, 14 de setembro de 1982

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação a dispositivos da Lei n.º 7.567, de 08 de janeiro de 1982, que cria a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário e dá outras providências.

A proposição ora submetida a essa augusta Casa de Leis é feita em atenção à solicitação formulada pela Presidência do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, através do Ofício n.º 637/82, que me foi encaminhado em 26 de agosto próximo passado.

Outrossim, solicito que a matéria aqui tratada seja apreciada, por essa augusta Assembléia Legislativa, na forma prevista pelo § 3.º, do artigo 25 da Constituição Estadual.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 120/82

Art. 1.º — O artigo 5.º acrescido de parágrafo único; o parágrafo único do artigo 6.º, e os incisos I e II do artigo 11, todos da Lei n.º 7.567, de 08 de janeiro de 1982, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5.º — O CONPREVI, cujos membros terão mandato de dois anos, será constituído de seis (06) Conselheiros efetivos e um (01) Presidente, o qual será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, mediante indicação em lista tríplice organizada e encaminhada pelo Chefe do Poder Judiciário.

Parágrafo único. Os Conselheiros efetivos serão substituídos nos seus afastamentos e impedimentos por Conselheiros suplentes, em número de dois (2).”

Art. 6.º —

Parágrafo único. Das listas de indicação do Presidente do Tribunal de Justiça e do Secretário da Justiça para Conselheiros efetivos, deverão constar, obrigatoriamente, no mínimo, dois nomes de Serventuários da Justiça, ativos ou inativos”.

Art. 11 —

“I. Pagamento de complementações de aposentadorias e pensões, bem como dos auxílios diversos, com 70% (setenta por cento) dos recursos originados das deduções previstas no artigo 10, itens I e III;

II. Execução dos Programas Especiais aludidos no artigo 2.º — item IV:

a) com a totalidade dos recursos originados pelas deduções previstas no artigo 10, inciso II;

b) com 30% (trinta por cento) dos recursos originados pelas deduções previstas no artigo 10, incisos I e III.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem N.º 123/82

Curitiba, 14 de setembro de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva doar ao Município de GUARANIAÇU, o lote urbano n.º 17, situado à rua Dautos Barreto, quadra 42, da sede daquele município, havido pelo Estado, conforme transcrição n.º 1639, às fls 69, do Livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca. Visa, ainda, o anteprojeto de lei em causa revogar o art. 3.º, da Lei n.º 6.427, de 17 de julho de 1973.

O lote de terreno cuja autorização para doação está consubstanciada no artigo 1.º do Plano de Lei ora submetido a exame dessa augusta Assembléia Legislativa, deverá reverter ao patrimônio do Município de Guaraniáçu, em virtude de que tal imóvel, embora titulado a terceiros, figurou, por equívoco, no rol de vários outros lotes doados pelo referido município ao Estado do Paraná.

A revogação do art. 3.º, da Lei n.º 6.427/73, é necessária, tendo em vista que o mesmo contém disposições segundo as quais o valor resultante da alienação efetivada com base na referida lei seria utilizado na construção da sede da Residência do Departamento de Edificações e Obras Especiais, em Cascavel. Tal aplicação dos mencionados recursos deixou de ser efetuada em decorrência da posterior transformação do DEOE na atual Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, órgão que, por suas atribuições e estrutura, dispensa sede em Cascavel, motivo pelo qual não é mais cabível a referida destinação específica do produto da venda.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 121/82

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Guaraniáçu, o lote urbano n.º 17, situado na rua Dautos Barreto, quadra 42, medindo 13,00m de frente, por 37,00m de fundos para um dos lados e 46,50m para outro, com área de 542,72m², objeto da transcrição n.º 1639, às fls. 69, do Livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2.º — Fica revogado o artigo 3.º, da Lei n.º 6.427, de 17 de julho de 1973.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem N.º 124/82

Curitiba, 14 de setembro de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 19 de agosto de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de ALTO PIQUIRI, FAXINAL e SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida

Curitiba, quinta, em 20/09/82

à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, a Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Consulta à Liderança do PTB. (Ausente).

Consulta à Liderança do PDS. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68/82, de autoria do DEPUTADO FIORI LUIZ, que declara de utilidade pública o "CLUBE DAS MÃES UNIDAS", com sede e foro na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 56/82, (Mensagem n.º 67/82, ex-Proposição n.º 52/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Assis Chateaubriand, e que objetiva condicionar as diretrizes do Trânsito com os estudos e a realização do planejamento urbano, do referido município.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 57/82, (Mensagem 68/82, ex-Proposição n.º 53/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio SESP/001, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Janiópolis, que objetiva a concessão de auxílio financeiro ao Município para reforma e melhorias na Delegacia de Polícia e Cadeias Públicas locais.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 58/82, (Mensagem n.º 69/82, ex-Proposição n.º 54/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o ajuste n.º 02/82, ao convênio SISNIC n.º 1/79, celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, e o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL — SENAC, visando estabelecer bases de cooperação técnica e financeira para implantação do projeto "ASSISTÊNCIA AO COMÉRCIO".— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 22/82, (Men-

sagem n.º 19/82, ex-Proposição n.º 22/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Renovação de Convênios de Auxílio e Cooperação celebrados entre o Estado do Paraná, que através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios aqui nominados com a interveniência de Órgãos citados, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23/82, (Mensagem n.º 20/82, ex-Proposição n.º 23/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos a convênios firmados entre o Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 24/82, (Mensagem n.º 21/82, ex-Proposição n.º 24/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os municípios aqui nominados e que objetiva a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, em obras de interesse metropolitano.— **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, substanciado em pedido de informações sobre despesas efetuadas por aquela Secretaria, com contratos de arrendamento mercantil.— **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

03 Srs. Deputados o aprovam; 02 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 22, 23 e 24/82.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 25, 26 e 27/82.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

9a. LEGISLATURA — 4a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e dois, às dez horas, na Sala das Comis-

sões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, e presentes os Srs. Deputados Deni Schwartz, Fidelcino Tolentino, José Domingos, Lázaro Dumont, Lineu Turra e Nelson Friedrich, bem como demais Srs. Deputados, de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. 1) PROJETO DE LEI N.º 28/82, do Deputado Francisco Escorsin. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Deferida vista ao Deputado Lineu Turra. 2) PROJETO DE LEI N.º 39/82, do Deputado Werner Wanderer. Relator Deputado Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3) – PROJETO DE LEI N.º 43/82 – do Deputado Túlio Zanchet. Relator Deputado Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4) PROJETO DE LEI N.º 45/82, do Poder Executivo. Mensagem n.º 51. Altera dispositivos da Lei n.º 6.417, conforme especifica. Relator Deputado Lineu Turra. Parecer FAVORÁVEL à Mensagem Aditiva n.º 75/82. Votos com restrições dos Deputados Fidelcino Tolentino e Nelson Friedrich. APROVADO o Parecer. 5) PROJETO DE LEI N.º 53/82, do Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Relator Deputado Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 6) PROJETO DE LEI N.º 56/82, do Poder Executivo. Mensagem n.º 57/82. Dispõe sobre as promoções por Avanço Vertical aos Professores e Especialistas de Educação, conforme especifica. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL com Sub-Emenda à Emenda apresentada em Plenário. Aprovado

o Parecer. 7) PROJETO DE LEI N.º 72/82, do Deputado Augusto Carneiro. Relator Deputado Lineu Turra. Requer seja convertido em diligência junto ao Autor. Deferido. 8) PROJETO DE LEI N.º 74/82, do Poder Executivo. Mensagem n.º 76/82, dispõe sobre alterações do ICM, como especifica. Relator Deputado LINEU TURRA. Parecer FAVORÁVEL. Voto vencido do Deputado Deni Schwartz e voto com restrições do Deputado Nelson Friedrich. Aprovado. 9) PROJETO DE LEI N.º 152/81, do Deputado Werner Wanderer. Relator Deputado Lineu Turra. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 10) PROJETO DE LEI N.º 138/80, do Deputado Florivaldo Palácios. Relator Deputado Lineu Turra. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 11) – PROPOSIÇÃO N.º 55/82, do Poder Executivo. Voto parcial apostado ao Projeto de Lei n.º 37/81, sobre o Novo Estatuto da Polícia Civil do Estado. Relator Deputado Lineu Turra. Parecer FAVORÁVEL à apreciação pelo Plenário. Aprovado. O Sr. Deputado Adalberto Daros apresentou Pareceres FAVORÁVEIS com respectivos Projetos de Resolução às PROPOSIÇÕES N.ºs 52/82, 53/82 e 54/82, oriundas do Poder Executivo, dispondo sobre convênios firmados com diversos municípios. APROVADOS os Pareceres. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Paulo Camargo, pelos Srs. Deputados presentes à próxima reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária.

(a) PAULO CAMARGO – Presidente

(a) RITA SOARES BERTOLI – Secretária